

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.258 - PE (2019/0333115-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 7A VARA DO TRABALHO DE RECIFE - PE  
**INTERES.** : AURILUCIA NUNES BEZERRA  
**ADVOGADO** : ANDREIA MATOS TEIXEIRA - PE000520  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**INTERES.** : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF

**EMENTA**

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REVISÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA NATUREZA SALARIAL DA PARCELA DENOMINADA "CTVA". REFLEXO NAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CUMULAÇÃO DE PRETENSÕES DE NATUREZAS DISTINTAS. SÚMULA 170/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA NOS LIMITES DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

1. Cuida-se, na origem, de revisional de contribuição previdenciária ajuizada em face da CEF e da FUNCEF, em que se pretende a inclusão da verba denominada CTVA - Complemento Temporário Variável Ajuste de Mercado- na composição de salário de participação, com os devidos reflexos no cálculo de benefício de complementação de aposentadoria.

2. A presente demanda cumula pretensões de natureza distintas, havendo um pedido antecedente de reconhecimento da natureza salarial da verba CTVA, com a condenação da ex-empregadora (CEF) em aportar contribuições previdenciárias, e um pedido consequente de recálculo do valor do benefício de suplementação de aposentadoria a cargo da entidade de previdência privada (FUNCEF).

3. Segundo a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça em hipóteses como a presente, em se tratando de cumulação de pedidos envolvendo matérias de diferentes competências, deve a ação prosseguir primeiramente na Justiça Especializada, para o exame das pretensões derivadas da relação de trabalho, ressalvada a possibilidade de posterior ajuizamento de nova ação, perante a Justiça Comum, com vistas ao deslinde da controvérsia relativa ao reajuste do benefício de suplementação de aposentadoria. Aplica-se, com as adaptações necessárias, o disposto na Súmula 170/STJ. Precedentes.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo do Trabalho.

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, suscitante, e o JUÍZO DA 7A VARA DO TRABALHO DE RECIFE - PE, suscitado.

**Ação:** de cobrança ajuizada por AURILUCIA NUNES BEZERRA em desfavor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e da FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF pleiteando a inclusão da verba denominada CTVA - Complemento Temporário Variável Ajuste de Mercado - na composição de seu salário de participação, com os devidos reflexos no cálculo de benefício de complementação de aposentadoria.

**Manifestação do JUÍZO DA 7A VARA DO TRABALHO DE RECIFE - PE:** julgou parcialmente procedente a demanda, bem como acolheu a preliminar de incompetência suscitada pela CEF, declarando a incompetência da Justiça Especializada quanto ao pagamento das contribuições destinadas à FUNCEF.

**Manifestação do JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:** após a sentença trabalhista, a parte interessada manejou ajuizou ação especial cível na Justiça Federal, em face da FUNCEF e da CEF, objetivando a condenação da CEF ao recolhimento das contribuições vencidas e vincendas, referentes ao CTVA (Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado) e a condenação da FUNCEF a recepcionar todas as contribuições e considerá-las integrantes do salário-de-benefício. O Juízo Federal desconstituiu a sentença do Juízo Laboral e suscitou o presente conflito negativo de competência.

**Parecer do MPF:** deixou de opinar.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDO.**

Conheço do conflito, porquanto envolve juízos vinculados a Tribunal

diversos, nos moldes do art. 105, I, "d", da Constituição Federal.

**- Da incompetência da Justiça Comum**

O Superior Tribunal de Justiça perfilha o entendimento de que o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir contrato firmado com entidade de previdência complementar é de competência da Justiça Comum Estadual (CC 69.281/MG, 2ª Seção, DJe 02/03/2015).

No entanto, na hipótese versada nos presentes autos, verifica-se que a autora ajuizou ação de revisão de contribuição previdenciária objetivando o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA recebida de seu empregador, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com os consequentes reflexos no custeio de seu plano de previdência suplementar, gerido pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF.

Nesses termos, observa-se a existência de cumulação de pretensões de naturezas distintas - atinentes ao vínculo laboral e atinente à complementação de aposentadoria - o que, diante do decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos RE's n. 586.453 e 583.050, enseja a aplicação, por analogia, do previsto na Súmula n. 170/STJ, que assim dispõe: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio".

Deveras, a solução para a presente demanda não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. Para que a Justiça Comum Estadual avalie a viabilidade de reajuste do benefício de aposentadoria do recorrente, é necessário definir, previamente, se a parcela denominada CTVA tem ou não natureza salarial e, por conseguinte, se poderia, na hipótese, ter sido excluída do salário de contribuição, o que, por força do art. 114, VI, da Constituição Federal, compete exclusivamente à Justiça do Trabalho.

Nesse sentido: AgInt nos EDcl no CC 155.053/RS, 2ª Seção, DJe de 27/08/2018; AgInt no CC 154.828/MG, 2ª Seção, DJe de 19/03/2018; e AgInt no CC 152.217/RS, 2ª Seção, DJe de 29/11/2017.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, considerando a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo, ressaltando-se ao recorrente a possibilidade de, uma vez definida a demanda trabalhista, ajuizar nova ação perante a Justiça Comum, em face da entidade de previdência privada, relativa ao pedido de recálculo do benefício de suplementação de aposentadoria.

Forte nessas razões, conheço do conflito e declaro competente o JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE RIO BRANCO - AC, nos limites de sua competência.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora